



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETO LEGISLATIVO N.º 166, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1981

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da II Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º — O artigo 2.º do Decreto Legislativo n.º 147, de 22 de novembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2.º — Os Deputados à Assembleia Legislativa, durante esta legislatura, farão jus à remuneração correspondente a dois terços do que percebem, a mesmo título, os Deputados federais, excetuadas as sessões extraordinárias e as sessões conjuntas do Congresso Nacional.

143.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1981

O SR. PRESIDENTE (JANUÁRIO MANTELLI NETO — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30m abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abrahim Dabus — Ademar de Barros — Agenor Lino de Mattos — Almir Pazzianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antonio Carlos Mesquita — Antônio Rezak — Rubens Lara — Maurício Najjar — Vicente de Paulo Penido — Benedito Campos — Carlos Fernando Zuppo — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tomaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emílio Justo — Evandro Mesquita — Tufi Jubran — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hélio César Rosas — Irma Passoni — Ivan Espindola de Ávila — Jairo Mattos — Januário Mantelli Neto — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — Silveira Sampaio — José Storopoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — Castelo Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Mário Ladeia — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabil Chedid — Nodoci Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Doreto — Reginaldo Valadão — Roberto Purini — Robson Marinho — Sylvio Martini — Theodosina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vandalrei Simionato — Vicente Bottá — Málek Assad — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares e Walter Mendes. Em Missão Cultural os Srs. Deputados Armando Pinheiro — Hatiro Shimomoto — Jihei Noda — Marcos Cortes — Renato Cordeiro — Ricardo Izar e Sérgio Morinaga.

O SR. PRESIDENTE (JANUÁRIO MANTELLI NETO — PDS) — Convido a Sra. Theodosina Rosário Ribeiro, para, como 2.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (THEODOSINA ROSÁRIO RIBEIRO — PDS) — Procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (JANUÁRIO MANTELLI NETO — PDS) — Convido o Sr. 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (SYLVIO MARTINI — PDS) — Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 143.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Pres. Januário Mantelli Neto — Abre a sessão. Anuncia a presença e presta homenagens ao Diretor-Presidente da FEPASA e ao Secretário da Agricultura e Abastecimento.
- 2 — Walter Auada — Assume a Presidência.
- 3 — Oswaldo Doreto — Aborda problema relativo à poluição dos rios e diz da necessidade de energéticas providências para que os produtores de álcool cumpram a lei. Fala sobre a notícia de que será aplicado o crédito agrícola.
- 4 — Hélio Cesar Rosas — Cobra compromissos assumidos pelo líder do Governo com a Oposição. Congratula-se com o Tribunal de Justiça pelo envio do PL 586-81.
- 5 — Luiz Máximo — Comenta o problema da dívida externa brasileira. Ressalta a necessidade de união das oposições com o fim de evitar a construção de usinas nucleares.
- 6 — Abrahim Dabus — Comunica que a Comissão de Saúde e Higiene convidará o Sr. Ministro da Previdência Social para esclarecer os novos critérios do INAMPS.
- 7 — Fernando Moraes — Considera como perigosa a atuação militar dos Estados Unidos no Caribe.
- 8 — Flávio F. C. Bierrenbach — Para reclamação, solicita esclarecimentos sobre se já pode o PLC 24-81 receber emendas.

PRESIDÊNCIA dos Srs. Januário Mantelli Neto, Walter Auada e Málek Assad
SECRETÁRIOS, Srs. Sylvio Martini, Theodosina Rosário Ribeiro e José Felício Castellano

- 9 — Presidente Walter Auada — Declara que responderá a questão oportunamente. Anuncia a presença e presta homenagens ao Prefeito de Palmares Paulista.
- 10 — Roberto Purini — Dá conhecimento de irregularidades na área de habitação popular de Iacanga e lê denúncia que recebeu a respeito.
- 11 — José Yunes — Transmite apelo feito pela Câmara Municipal de Botucatu para que o Presidente da Casa coloque em regime de urgência, na OD, o PL n.º 350-81.
- 12 — Emílio Justo — Manifesta sua repulsa pelo novo reajustamento do salário mínimo.
- 13 — Málek Assad — Comunica que a ADEPOL — Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, elegeu sua nova Diretoria em Curitiba.
- 14 — Reginaldo Valadão — Tece considerações sobre a visita do Vice-Presidente Aureliano Chaves ao Congresso.

GRANDE EXPEDIENTE

- 15 — Fernando Moraes — Tece considerações sobre a ameaça de intervenção militar dos Estados Unidos da América, em Cuba e El Salvador. Apela para o Chanceler Saralva Guerreiro no sentido de que se manifeste contra qualquer ação agressiva a Cuba.
- 16 — Franco Baruselli — Comenta a situação do ensino oficial do Estado.
- 17 — Francisco Dias — Crítica atitude do Diretor da Merenda Escolar do Estado em reunião realizada em Guarulhos.
- 18 — Delfim Neves — Salienta que a Polícia Militar não é violenta, mas enfrenta violência. Fala sobre a criação do «Dia da Gratidão» e lê mensagem pronunciada por um Sargento da PM.
- 19 — Sylvio Martini — Louva o comparecimento do Presidente da FEPASA à Comissão de Transportes da Casa. Enaltece a «Carta de Campo Grande», elaborada no Mato Grosso do Sul pela V Assembleia Nacional de Presidentes de Câmaras das Capitais de Estado e Territórios brasileiros.
- 20 — Presidente Walter Auada — Suspende a Sessão até às 17 h.

ORDEM DO DIA

- 21 — Presidente Januário Mantelli Neto — Assume a Presidência. Reabre a sessão 30 m após.
- 22 — José Felício Castellano — Discute o PL n.º 95-80 (dá competência às Unidades Sanitárias nas Divisões Regionais de Saúde, para emitir laudos, atestados e pareceres sobre os exames por elas realizados).
- 23 — Presidente Januário Mantelli Neto — Encerra a discussão, põe em votação, e declara rejeitado, o PL n.º 95-80, sendo mantido o veto.
- 24 — Luiz Máximo — Pelo artigo 83, requer verificação de votação.
- 25 — Presidente Januário Mantelli Neto — Acata o requerimento e determina seja feita a chamada.
- 26 — Presidente Januário Mantelli Neto — Responde a Q.O. do Deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach sobre a publicação do PLC n.º 24-81. Comunica não haver quorum para apreciação do veto e declara adiada a votação do PL 95-80. Põe em discussão, e declara sem debate rejeitado, sendo mantido o veto, o PL 123-80. Põe em votação, e declara «ad referendum» aprovado, o PL n.º 441-81.
- 27 — Walter Auada — Assume a Presidência.
- 28 — Põe em votação, e declara «ad referendum» aprovado, o PL 279-81.
- 29 — Põe em votação, e declara «ad referendum» aprovados, na forma das emendas, os PL 280-81 e 281-81.
- 30 — Põe em votação, e declara «ad referendum» aprovados, os PL 294-81 e 308-81.
- 31 — Põe em votação, e declara «ad referendum» aprovados, na forma das emendas, os PL 309-81, 312-81, 313-81, 329-81 e 331-81.
- 32 — Põe em votação, e declara aprovado, requerimento de urgência para o PL 562-81.

Parágrafo único — A remuneração prevista no «caput» será reajustada, a partir de 1.º de janeiro de cada ano, na mesma proporção do reajuste anual concedido a funcionário público federal.

Artigo 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1981.

1.º JANUÁRIO MANTELLI NETO — Presidente

2.º Sylvio Martini — 1.º Secretário

3.º Vicente Bottá — 2.º Secretário

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Srs. Deputados, encontram-se presentes, atendendo a convite das doulas Comissões — Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Transportes e Comunicações — atendendo a convite do Presidente Walter Lemes Soares, desta última, aqui se encontra o Exmo. Sr. Chafic Jacob, Diretor-Presidente da Ferrovia Paulista S.A. — FEPASA, que aqui comparece para prestar esclarecimentos no Plenário Dom Pedro I, na Comissão de Transportes e Comunicações e S. Exa., o Dr. Guilherme Afif Domingos, Secretário de Agricultura e Abastecimento, que comparece a convite do nobre Deputado Luiz Carlos Santos, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, também para, o laborando com os trabalhos desta CEI, prestar esclarecimentos na tarde de hoje, no Plenário Tiradentes.

Esta Assembleia agradece a presença de Vossas Excelências. (Palmas.)

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre Deputado Vicente Bottá. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Oswaldo Doreto.

— Assume a Presidência o Sr. Walter Auada.

O SR. OSWALDO DORETO (PMDB) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu atendo, prazerosamente, o Deputado Walter Auada, que preside a sessão nesta tarde, abordando um assunto com respeito à agricultura, em homenagem ao Secretário de Agricultura, Dr. Guilherme Afif Domingos que hoje comparece a esta Casa.

Nós queremos abordar, Sr. Secretário de Agricultura, o problema que diz respeito à poluição dos rios, em consequência da produção de enorme quantidade de vinhoto, que é um produto que aparece após a produção do álcool, da pinga ou do açúcar. E o Estado de São Paulo e todo o Brasil estão sendo vítimas dessa poluição, porque o vinhoto consegue contaminar, ou seja, poluir mais as águas de todos os rios do Brasil, do que a somatória de todos os esgotos. O problema é altamente sério. Esse vinhoto tem um efeito deletério quando atinge a água, eliminando o oxigênio e, consequentemente, prejudicando a piscicultura e trazendo à água uma cor negra e muito fétida. Mas quando é aplicado na agricultura, ele pode ser utilizado para irrigar as plantas.

É evidente que o transporte do vinhoto das fábricas até a lavoura encarece, mas, junto às plantas, ele tem o efeito de um fungicida poderoso, tem o efeito de uma substância que combate as pragas da lavoura, combate também o inseto, enfim, protege a agricultura.

Isto porque, nobre Deputado Walter Auada, atendendo a pedido de V. Exa., prazerosamente, aplicando esse vinhoto, nós vamos ter um efeito fertilizante para a nossa agricultura, porque o preço do fertilizante é altamente caro, caríssimo e o pequeno e médio produtor não estão podendo comprar. E assim nós ficaremos independentes da importação de fosfatos, de cálcio, de fósforos, de enxofre, que são as substâncias que vamos encontrar no vinhoto.

Portanto, eu estou muito preocupado, Srs. Deputados, porque a Alta Paulista, a nova Alta Paulista, Tupã, já tem à esquerda a Usina de Quatã e à direita Valparaíso, Lucélia, Junqueirópolis, Irapuru e Flórida Paulista; nós já temos todas essas usinas de álcool.

Então, queremos lembrar ao Sr. Secretário de Agricultura, que se encontra nesta Casa, da necessidade de exigir que a lei seja cumprida e que os produtores de álcool não venham permitir que as reservas do vinhoto tenham vazão, alcançando, consequentemente, os rios, poluindo, como eu disse, as nossas águas.

Lembramos, para terminar, que o grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre dizia, já em 1935, que essa substância, o vinhoto, representava o que havia de pior, poluindo desde aquela época as águas da Zona da Mata, na região onde se produz cana em grande quantidade.

Fremos falar mais dois minutos, dizendo, hoje, que os jornais trazem a notícia: o Governo vai ampliar o crédito agrícola.

Sabemos que o crédito agrícola favorece mais os grandes produtores de cereais, não atingindo, consequentemente, o pequeno e médio produtor. O juro é de 45% e quando o Governo, através de bancos oficiais ou de bancos privados, concede esse empréstimo ao pequeno e médio agricultor, ele é muito encarecido, porque, em nosso entender, esse juro está elevadíssimo para a compra de fertilizantes. Eu entendo que não é um subsídio para ajudar o pequeno agricultor, mas está sendo um subsídio para ajudar as empresas multinacionais que invadiram os campos, as lavouras brasileiras, trazendo as consequências trágicas que nós todos sabemos, porque este País não está produzindo alimento para matar a fome do povo. É o que eu disse outro dia, nós não podemos aceitar que a agricultura esteja produzindo tão pouco.

Lembramos ao Sr. Secretário, que aqui está, e ao Ministro da Agricultura, que se faz necessário apoiar mais a agricultura, porque o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados são órgãos oficiais que devem produzir alimento para matar a fome do povo brasileiro, porque temos 76% de brasileiros que estão passando por um regime de subnutrição, pois se alimentam à base de glícídios: o arroz, feijão, batata, milho. Eles não ganham o suficiente, porque recebem salários inexpressivos, para comer a gordura vegetal e comprar a proteína, sais minerais e vitaminas, para ter uma alimentação boa.

É lógico que o brasileiro, sendo subnutrido, subalimentado, tem um organismo enfraquecido, estando sujeito a adquirir inúmeras doenças, principalmente a tuberculose, que ataca em grande quantidade os nossos trabalhadores agrícolas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Agradecendo as referências do nobre Deputado Doreto Campanari, esta Presidência passa a palavra ao nobre Deputado Manoel Sala. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Eduardo Rodrigues. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Emílio Justo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Hélio Cesar Rosas.

O SR. HÉLIO CESAR ROSAS (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns meses atrás, mais precisamente, em fins do ano de 1980, o Governo através de sua liderança nesta Casa, assumiu o compromisso, com as oposições, de autorizar alguns melhoramentos reivindicados pelos municípios administrados por prefeitos da oposição. Foram compromissos avaliados pelo líder do Governo nesta Casa, Deputado Fauze Carlos, perante as lideranças de todos os partidos de oposição.

Dentre esses melhoramentos, que o Governo se comprometera a executar, estava a pavimentação das duas vias de acesso a Pindamonhangaba, que se encontram em lastimável estado de conservação, esburacadas, sem acostamento, causando riscos, inclusive de vida, para o grande volume de pessoas que transitam diariamente por aquela estrada que serve a um dos municípios que está vivendo o maior surto de desenvolvimento de todo o Vale do Paraíba.

Estamos nesta tribuna para cobrar do Governo, através de seu líder, Fauze Carlos, o cumprimento desses compromissos assumidos por Sua Excelência.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, queremos nos congratular com o Tribunal de Justiça pelo envio do Projeto de lei n.º 586, de 1981, publicado no «Diário Oficial» de hoje, que trata da remodelação dos serviços judiciários da Comarca de São Paulo e do nosso Estado.

Queremos cumprimentar o relator, Desembargador Francisco Negrizolo, pelo trabalho que S. Exa. realizou e cumprimentar ainda S. Exa. pelo atendimento das justas aspirações dos municípios de Assis e Pindamonhangaba.

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Rezak. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, simplesmente estarecedora a notícia publicada a partir de um relatório da Seplan e que nos dá conta de que a dívida externa brasileira deverá fechar este ano em torno de 61 bilhões de dólares e, no próximo ano em torno de 70,4 bilhões. Segundo a mesma fonte, o país terá de captar 18,1 bilhões de dólares no mercado financeiro para cobrir 10,3 bilhões de «déficit» em transações correntes, 7,2 bilhões de amortização da dívida externa e ainda aumentar em 600 milhões as reservas cambiais.